

AO ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) PREFEITO (A) DEPARTAMENTO JURÍDICO E SENHOR (A) PREGOEIRO (A) DO MUNICÍPIO DE GENERAL CÂMARA – RS  
REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2020 - “PICK-UP SAÚDE”

A Empresa **INVE SP INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS ESPECIAIS EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o número 29.755.952/0001-05, sediada a Rua 17 de Abril, nº 439, bairro Imigrante, na cidade de Campo Bom/RS, CEP 93.700-000, e-mail: [invesp.cb@gmail.com](mailto:invesp.cb@gmail.com), representado pelo seu representante que esta subscreve, vêm respeitosamente perante Vossa Senhoria apresentar

### IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

com base nos seguintes fatos e direito, do Pregão em epígrafe a fim de corrigir vícios contidos no ato convocatório que comprometem a legalidade do procedimento licitatório em tela, amparada no disposto no decreto 3.555/2000, na lei 10.520/2002 e no Artigo 41 da Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, conforme entendimento pacífico e manso de que:

**“Qualquer restrição em relação ao objeto da licitação deve ter como fundamento razões aptas a justificarem que a finalidade e o interesse público reclamam por tal exigência de forma irremediável. Sem tal justificativa a restrição deve ser tomada por ilegal (art. 3º, § 1º, inc. I)..”** - conforme entendimento do TCU no Acórdão 641/2004 – Plenário.(grifo nosso)

#### I- DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO

A data de abertura da sessão pública esta marcada para o dia 09 de ABRIL de 2020. A presente impugnação foi enviada dia 06 de ABRIL de 2020. Portanto, conforme art. 4º, Inc XVIII da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, assim o presente recurso é tempestivo. Deste modo merece conhecimento.

#### II- DOS FATOS

A IMPUGNANTE tomou conhecimento da publicação do edital, e ao analisá-lo, se deparou em seu bojo, com exigência que reduz a competição, ferindo os “princípios da legalidade, isonomia (igualdade), da competitividade, da proposta mais vantajosa à administração pública, bem como do interesse público”.

O descritivo do objeto solicita o seguinte:

*Veículo Pick-up, zero km, ano/modelo 2019/2020, cabine dupla com capacidade para 5 (cinco) pessoas, ...(...)... **Fabricação Nacional**, emplacamento por conta do município. (...).*

Está é a síntese necessária.

#### III- DO DIREITO

O veículo que pretendemos ofertar é o da fabricante “NISSAN modelo Frontier”, o qual

é fabricado na Argentina, porém, esta sediada na cidade de Resende/RJ, unidade fabril da Nissan, responsável pela produção dos modelos Kicks, Versa e March, como mais de 160 concessionárias espalhadas em território nacional, onde citamos uma delas sediada no Estado do Rio Grande do Sul:

IESA NISSAN PORTO ALEGRE  
ENDEREÇO: AV. WENCESLAU ESCOBAR, 1204 – CRISTAL, PORTO ALEGRE/RS, DISTANTE APROXIMADAMENTE 95KM DA SEDE DESTA ADMINISTRAÇÃO.

Notoriamente, não haverá prejuízos a este erário, a retificação do descritivo do objeto, visto que todas as concessionárias da fabricante Nissa, possuem mecânicos treinados pelos técnicos da montadora, assim como suporte de peças para eventuais necessidades de trocas.

É preciso se ter a compreensão, que havendo retificação no tocante ao descritivo do objeto, se está ampliando a competitividade no futuro certame, aumentando, ainda mais a possibilidade de se alcançar a proposta mais vantajosa na busca de economicidade.

O ordenamento jurídico brasileiro, consagrou o princípio da isonomia nas contratações com a Administração Pública, inadmitindo que igualdade entre os concorrentes seja preterida em virtude de exigências que não sejam indispensáveis ao bom cumprimento do objeto, nos termos do art. 37, XXI, da Constituição da República, in verbis:

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*(...)*

*XXI — ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, **compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes**, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifo nosso)*

A Lei n. 8.666/93 se manteve fiel ao dispositivo constitucional que lhe coube regulamentar, prestigiando o princípio da isonomia com as vedações trazidas em seu art. 3º, §1º, I, aqui transcrito:

*§ 1º É vedado aos agentes públicos:*

*I – **admitir, prever, incluir, ou tolerar, nos autos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo**, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, **e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes** ou de qualquer de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato; (...) (grifo nosso)*

Consoante se observa no texto legal, é peremptoriamente vedada a previsão, no instrumento convocatório, de qualquer exigência impertinente ou irrelevante para o cumprimento do objeto contratual, o que, além de assegurar o direito fundamental dos cidadãos à igualdade, **também realiza o interesse público primário, ao possibilitar a máxima ampliação da competitividade e proporcionar à Administração as melhores condições de contratação.**

É sob a ótica do art. 3º, § 1º, I, da Lei n. 8.666/93, que se verifica a ilegalidade da exigência veiculada no edital em comento, relativa à nacionalidade dos veículos licitados.

Isso porque somente o fato de ter sido fabricado em outro país, não torna o produto menos apto à satisfação das necessidades administrativas. A nacionalidade do produto não apresenta relação com o cumprimento melhor ou pior do contrato, o que caracteriza, à primeira vista, uma circunstância impertinente e irrelevante para se atingir a finalidade do certame, violando fatalmente a parte final do dispositivo legal transcrito.

Desse entendimento não destoa o Tribunal de Contas da União, senão vejamos:

*Acordam os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator em:*  
(...)

9.2.2. **observe, rigorosamente, o disposto no art. 3º, §1º, I, da Lei 8.666/93, limitando-se a efetuar restrições a produtos e/ou serviços quando essas sejam imprescindíveis para garantir a escolha da melhor proposta para a Administração, as quais devem ser amparadas em justificativa de ordem técnica.** (grifo nosso)

É importante notar, no exame desse tema, que a Constituição de 1988 conferia, em sua redação original, tratamento preferencial as empresas brasileiras de capital nacional na aquisição de bens e serviços.

Ocorre que o art. 171, que trazia essa previsão, foi revogado pela EC nº 6/1995, denotando uma nova opção do legislador constituinte, no sentido de aplicar amplamente o princípio da isonomia. Desde essa inovação na orientação do sistema constitucional, portanto, restam inadmitidas restrições em desfavor das empresas estrangeiras.

De outro lado, se é certo que ao gestor público, à vista da sua submissão à estrita legalidade, não é permitido afastar do objeto os produtos estrangeiros, por configurar restrição que não tem pertinência com a garantia de cumprimento do objeto, também é verdadeiro que a nacionalidade dos produtos pode ser considerada como critério de desempate, consoante previsão do art. 3º, § 2º, II, da Lei n. 8.666/93:

*§ 2º Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:*

*I — produzidos ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional;*

*II — produzidos no País;*

*III — produzidos ou prestados por empresas brasileiras.*

*IV — produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.*

O Professor Marçal Justen Filho aduz que:

*(...) assegura-se tratamento igualitário aos interessados que apresentem condições necessárias para contratar com a Administração. Respeitadas as exigências necessárias para assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, serão inválidas todas as cláusulas que, ainda indiretamente, prejudiquem o caráter 'competitivo' da licitação.*

Continua o mestre administrativista que:

*é proibida distinção fundada exclusivamente na sede, domicílio ou naturalidade dos licitantes. A vedação deriva da Constituição, não apenas por força do princípio da isonomia, mas por efeito da própria estrutura federativa do Brasil (CF, art. 19, III).*

Ainda sobre o tema, é a lição de Renato Lopes Becho:

- 1. Dentre as doutrinas da igualdade substancial, formal e jurídica proporcional, a aplicada à licitação é a formal, que determina igual tratamento jurídico dos licitantes. O princípio será atendido se houver isonomia de oportunidade para os interessados em participar do certame.*
- 2. A igualdade perante a lei signi ca, em última análise, respeito ao princípio da legalidade. A isonomia de nosso texto constitucional signi ca igualdade na lei. Com isso, o princípio é primeiramente direcionado para o legislador, que não pode produzir leis que tragam desarmonia à igualdade de tratamento, exceto se houver correlação lógica entre o discrimine e o motivo da discriminação.*
- 3. O princípio da igualdade aplicado na licitação é o mesmo princípio geral de Direito. Não há um princípio de igualdade específico, diferente dos demais, só para a licitação. Sendo assim, não há separação doutrinária entre os seus elementos, naquilo que sejam incidentes ao caso concreto.*

*Mutatis mutandis*, trazemos o entendimento do Tribunal de Contas da União (Decisão n. 456/2000, relator Ministro Benjamin Zymler):

*quando aplicada à licitação, a igualdade veda, de modo terminante, que o Poder Público promova discriminações entre os participantes do procedimento seletivo, mediante a inserção, no instrumento convocatório, de cláusulas que afastem eventuais proponentes qualificados ou os desnivalem o julgamento.*

O TCU pacificou a matéria no relatório do grupo de trabalho constituído por determinação do Acórdão 2241/2011 - TCU- Plenário. Vejamos:

**Sumário:** ADMINISTRATIVO. RELATÓRIO DE GRUPO DE TRABALHO CONSTITUÍDO POR DETERMINAÇÃO DO ACÓRDÃO 2241/2011-TCU-PLENÁRIO ESTUDOS DESENVOLVIDOS COM A FINALIDADE DE ANALISAR AS REPERCUSSÕES GERADAS PELA LEI 12.349/2010 NO REGIME LICITATÓRIO. É ILEGAL O ESTABELECIMENTO DE VEDAÇÃO. É ILEGAL ESTABELECER VEDAÇÃO A PRODUTOS E SERVIÇOS ESTRANGEIROS EM EDITAL DE LICITAÇÃO. INCONSTITUCIONALIDADE DO ESTABELECIMENTO DE POSSIBILIDADE DE VEDAÇÃO À OFERTA DE PRODUTOS ESTRANGEIROS VIA DECRETO DO PODER EXECUTIVO. É ILEGAL O ESTABELECIMENTO DE MARGEM DE PREFERÊNCIA NOS EDITAIS LICITATÓRIOS PARA CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS SEM A DEVIDA REGULAMENTAÇÃO VIA DECRETO DO PODER EXECUTIVO. COMENTÁRIOS A RESPEITO DA POSSIBILIDADE DE ESTABELECIMENTO DE MARGEM DE PREFERÊNCIA, NA FORMA E NOS LIMITES ESTABELECIDOS NOS DISPOSITIVOS ACRESCIDOS PELA LEI 12.349/2010 AO ART. 3º, § 8º, DA LEI 8666/1993. DETERMINAÇÕES

(...)

g) a única possibilidade de vedação à aceitação de produto importado em licitações públicas encontra-se no parágrafo 12 do art. 3º da Lei de Licitações, que se destina à aquisição de bens e/ou serviços designados à implantação, manutenção e ao aperfeiçoamento dos sistemas de tecnologia de informação e comunicação (TIC), que sejam considerados estratégicos por meio de ato do Poder Executivo Federal;

h) a ausência de previsão legal acerca da possibilidade de vedação à contratação de produtos e serviços estrangeiros em licitações nacionais, e o art. 84, IV da Constituição Federal, que estabeleceu que compete privativamente ao Presidente da República expedir decretos e regulamentos para fiel execução das leis, respaldam que a expedição de decreto ou regulamento que contenha tal restrição, extrapola as disposições previstas em Lei e é nulo, por ser inconstitucional; e

i) a restrição a produtos importados em editais de licitações nacionais é ilegal e pode trazer consequências internas e externas nocivas ao mercado brasileiro, tais como retaliações ante a Organização Mundial do Comércio (OMC), bem como propositura de ações judiciais, em massa, ou em cada edital de licitação no caso concreto.

25. Propôs, ao final, o encaminhamento de cópia do presente Relatório ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), com determinação para que, no papel do órgão central do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, informe aos demais órgãos e entidades da Administração Pública que **é ilegal o estabelecimento de vedação a produtos e serviços estrangeiros em edital de licitação, uma vez que a Lei 12.349/2010 não previu tal situação; e é ilegal o estabelecimento, por parte de gestor público, de margem de preferência nos editais licitatórios para contratação de bens e serviços sem a devida regulamentação, via decreto do Poder Executivo, estabelecendo os percentuais para as margens de**

**preferência normais e adicionais, conforme o caso e discriminando a abrangência de sua aplicação** (item 89, Peça 1).

(...)

55. Assim, nos termos do entendimento do Grupo de Trabalho, “enquanto não for publicado Decreto estabelecendo os percentuais das margens de preferência e discriminando a abrangência de sua aplicação, **não cabe ao gestor adotar, ao seu juízo, restrições objetivando a aquisição de produtos nacionais nos editais licitatórios, em detrimento aos produtos estrangeiros**”. Cumprido este condicionamento legal, para os produtos e percentuais referenciados nos decretos regulamentadores da matéria, é possível estabelecer “margens de preferência”.

10. Ata nº 19/2013 – Plenário.

11. Data da Sessão: 29/5/2013 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1317-19/13-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti. (grifo nosso)

Destarte, ante a clareza do texto legal, não subsistem dúvidas que tal exigência (fabricação nacional) afronta o preceituado na Constituição Federal, na Lei 8.666/93, e em total discordância com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União quanto à absoluta ilegalidade no que concerne a exigência de que os veículos sejam de fabricação nacional. Por consequência do exposto, se faz necessário a supressão da expressão “**FABRICAÇÃO NACIONAL**” do descritivo do objeto em edital, sob pena do processo licitatório restar nulo.

Tal fato traz como consequência ainda o descumprimento das Leis nºs 8.666/93, 10.520/2002 e do Decreto nº 5.450/2005, portanto é necessário e indispensável a alteração do presente edital, sob pena de se comprometer a lisura e isonomia do certame em questão, em patente afronta ao art. 3º da Lei 8.666/93.

Já o art. 3º da Lei 10.520/2002, estabelece:

Art. 3º. A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

[...]

II – a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, **vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição**. (grifo nosso)

Corroborando a norma transcrita acima, o artigo 8º do Decreto Federal 3.555/00 registra:

Art. 8º. A fase preparatória do pregão observará as seguintes regras:

I – a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, **vedadas especificações que, excessivas, irrelevantes ou desnecessárias,**



**limitem ou frustrem a competitividade** ou a realização do fornecimento, devendo estar refletida no termo de referência. (grifo nosso)

Analisando-se os artigos de Lei aqui demonstrados, não resta dúvidas de que quaisquer especificações que sejam excessivas ou irrelevantes e que possam limitar a competitividade são ilegais, haja, visto que o principal objetivo do pregão **é proporcionar a maior quantidade de licitantes competidores, visando assim, preservar o princípio da isonomia que resultará na contratação da proposta mais vantajosa ao erário.**

Marçal Justen Filho in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 9ª Ed. Dialética, corrobora o entendimento de que não se devem fazer exigências restritivas, ao afirmar:

*‘...também não se admitem requisitos que, **restritivos à participação no certame, sejam irrelevantes para a execução do objeto licitado.** Deve-se **considerar a atividade principal e essencial a ser executada, sem maiores referências ou detalhamentos.**’* (grifo nosso)

Vejamos ainda, parecer do TCU – Tribunal de Contas da União, sobre o assunto:

**GRUPO II – CLASSE VII – Plenário**

**TC-015.282/2011-2**

**Natureza: Representação.**

**Entidade: Conselho Regional de Medicina do Estado do Espírito Santo/ES.**

**Interessado: Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo – Secex/ES.**

**SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO. PREGÃO. AQUISIÇÃO DE VEÍCULO. UTILIZAÇÃO DE TERMO IMPRECISO PARA CARACTERIZAR O OBJETO LICITADO. **RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE. POSSIBILIDADE DE CONCRETIZAÇÃO DE ATO ANTIECONÔMICO.** ANULAÇÃO DO CERTAME. DETERMINAÇÕES. ARQUIVAMENTO.**

1. A definição do objeto a ser licitado deve ser precisa, de modo a refletir, com a maior exatidão possível, o que a entidade deseja adquirir, consoante o disposto no art. 14 da Lei n. 8.666/1993.

2. **A Administração deve pautar-se, dentre outros, sob o critério da economicidade, buscando adotar soluções que atendam às suas demandas com o menor custo possível.**

3. **A utilização, em editais de licitação, de especificações que impossibilitam a participação no certame de empresas ofertantes de bens com aptidão técnica de suprir a demanda da Administração constitui-se restrição indevida à competitividade, caracterizando afronta ao art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei n. 8.666/1993.**

4. **Fixa-se prazo para a anulação de licitação cuja competitividade foi cerceada de forma irregular, e, ainda, quando o torneio dá ensejo à concretização de ato antieconômico.** (grifo nosso)

Marçal Justen Filho in Comentários á Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 9ª Ed. Dialética, corrobora o entendimento de que não se devem fazer exigências restritivas, ao afirmar:

*‘...também não se admitem requisitos que, **restritivos á participação no certame, sejam irrelevantes para a execução do objeto licitado. Deve-se considerar a atividade principal e essencial a ser executada, sem maiores referências ou detalhamentos.**’ (grifos nosso)*

Neste sentido citamos deliberação do TCU:

***Observe rigorosamente as disposições contidas no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988 c/c o art. 3º da Lei 8.666/1993, obedecendo aos princípios constitucionais da publicidade, da igualdade, da isonomia e da impessoalidade, de modo a impedir restrições à competitividade.** (grifo nosso)*

A norma constitucional baseia-se no princípio de possibilitar a mais ampla oportunidade a todos os concorrentes. *“Assim, toda regra que objetiva restringir o campo de alcance da competição, por meio de dificuldades não legitimadas pelo texto constitucional, não pode prevalecer, sob pena de violação aos princípios basilares desse tipo de processo seletivo – licitação”.*

A Legislação é sabia e o que esta IMPUGNANTE deseja é que seja assegurado seu direito de igualdade de participação.

#### **Lei Federal N° 8666/1993**

***Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração** e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos **da legalidade**, da impessoalidade, da moralidade, **da igualdade**, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.*

#### ***§ 1º É vedado aos agentes públicos:***

***I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade**, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no [art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991](#); [\(Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010\)](#) (grifo nosso)*

#### **Decreto 5.450/2005**

***Art. 5º A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da **legalidade**, impessoalidade, moralidade,***



**igualdade**, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da razoabilidade, **competitividade** e proporcionalidade. (grifo nosso)

Portanto Senhores, demonstrado o “*fumus boni iuris*”, através do exposto acima, resta claro a necessidade de alteração ao edital por parte desta comissão de licitação, agindo de acordo com os mandamentos legais, seguindo jurisprudência dos tribunais pátrios e TCU, assim como a ampla doutrina.

#### V- DO PEDIDO

*Ex Positis*, Seja recebida a presente IMPUGNAÇÃO, para que conhecida, seja analisado seu mérito e ao final seja:

A) Seja **SUPRIMIDO** do descritivo do objeto:

\* **FABRICAÇÃO NACIONAL;**

**TERMOS EM QUE PEDIMOS DEFERIMENTO.**

CAMPO BOM, 06 de ABRIL DE 2020.	
<p><b>29.755.952/0001-05</b></p> <p>INVE SP IND. E COMÉRCIO DE VEÍCULOS ESPECIAIS EIRELI</p> <p>R:17 De Abril, 439 B: Imigrante CEP: 93700-000 CAMPO BOM / RS</p>	<p><i>Cleonice Lorenz</i></p> <p><b>CLEONICE LORENZ</b> <b>PROPRIETÁRIA/ADMINISTRADORA</b> <b>CPF 371.784.660-49</b> <b>RG 7016194594</b></p>